

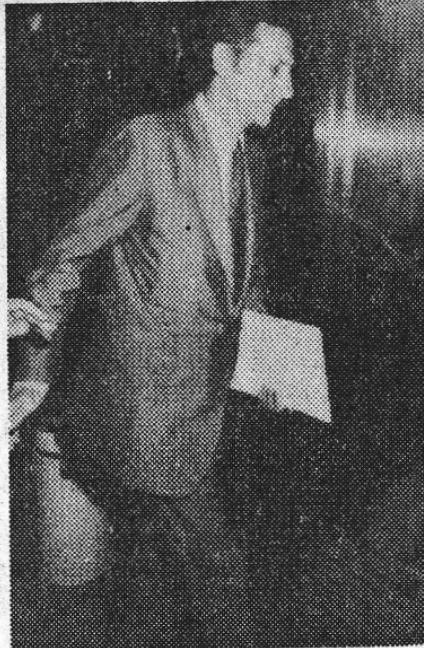
# Investimento social está garantido

**Brasília** — Os principais objetivos do pacote econômico, em especial os investimentos na área social, estão garantidos, mesmo com as alterações que o Congresso introduziu no projeto do governo, afirmou o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em entrevista no Palácio do Planalto.

— As emendas não alteram a substância do pacote e serão plenamente acatadas pelas autoridades econômicas — disse, ressaltando, em seguida, que a aprovação no Congresso permitirá que o Governo injete mais 90 milhões de ORTNs (Cr\$ 6 trilhões 400 bilhões) nos seus programas econômicos. “Isto, apesar da aprovação da emenda que elevou de 10 para 15 ORTN o limite das devoluções de Imposto de Renda, em 86, o que vai acarretar uma queda de Cr\$ 1 trilhão na arrecadação projetada”, observou.

Funaro examinou pessoalmente as 105 emendas apresentadas ao projeto do governo na Câmara e só concordou com as que “não alteravam o espírito do projeto”. Ele adiantou que a previsão do déficit público, para 86, por exemplo, calculada em cerca de Cr\$ 18 trilhões, em valores de hoje e entre Cr\$ 50 trilhões e Cr\$ 60 trilhões, no próximo ano (depen-

Brasília — Foto de José Varella



**Dilson Funaro**

dendo da taxa da inflação) continua inalterada.

O ministro da Fazenda fez questão ainda de esclarecer dois pontos que, na

sua visão, foram interpretados erroneamente durante a discussão do pacote: o contribuinte com um único emprego sofrerá apenas retenção de imposto na fonte. “Eles não terão que pagar mais imposto no final do ano, ao contrário dos contribuintes que têm outras fontes de rendimento. Estes últimos sim, pagarão, no final do ano, o imposto referente aos demais rendimentos”.

Para Funaro também ficou confusa a discussão em torno da questão da privatização das estatais: “Privatizar não é vender o controle. No caso da Petrobrás, por exemplo, o que se quer é democratizar a empresa”.

O ministro julga que o pacote será melhor entendido quando os brasileiros receberem os seus salários em janeiro. “Aí, eles vão perceber o quanto o país evoluiu no que se refere a Imposto de Renda de pessoas físicas. Em 86, cerca de 1 milhão 200 mil contribuintes estarão isentos”.

Em relação aos comentários do senador Roberto Campos (PDS-MT), para quem o pacote aprovado é “meramente retórico”, Funaro respondeu: “Nunca tive nada para dizer ao senhor Roberto Campos”.